LEI Nº 120 DE 20 DE JUNHO DE 2001.

ESTABELECE NORMAS GERAIS PARA O SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EM VEÍCULOS DAS CATEGORIAS AUTOMÓVEIS E UTILITÁRIOS DE ALUGUEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ALMIRANTE FRANCISCO GOMES, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal de Gaúcha do Norte aprovou, e Eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA EXPLORAÇÃO

Artigo 1º - O transporte de passageiros neste Município, em veículos das categorias automóveis e utilitários de aluguel, constitui serviço de interesse público, que somente poderá ser executado com prévia ou expressa autorização do órgão competente deste Município através do **TERMO DE PERMISSÃO E ALVARÁ DE LICENÇA**, nas condições estabelecidas por esta Lei e demais atos normativos a serem expedidos pelo Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º - Aos veículos de aluguel a que se refere o artigo anterior, para fins desta Lei, serão denominados **TÁXIS**.

Artigo 3º - A exploração do serviço de transporte de passageiro por meio de **TÁXI**, será permitida exclusivamente a:

- a) Por pessoa física, motorista profissional autônomo devidamente habilitado, proprietário de (01) um veículo de aluguel autorizado neste Município.
- b) Por pessoa jurídica, legalmente constituída.

Parágrafo 1º - Deverá o Poder Executivo Municipal fixar, no mês de janeiro de cada ano, o número de veículos das categorias automóveis e utilitários de aluguel que cada empresa comercial referida no item “b” deste artigo, terá sob sua responsabilidade, não podendo em hipótese alguma esse número ser superior a 30 % (trinta por cento) do número de táxis em circulação.

Parágrafo 2º - As ações representativas do Capital Social das Empresas Comerciais referidas neste artigo, que se constituírem sob a forma de Sociedade Anônima, deverão ser normativas.

Parágrafo 3º - Os proprietários de cada empresa comercial a que se refere o presente artigo, não poderão participar de outras empresas constituídas para explorar o serviço a que se refere esta Lei.

Artigo 4º - Os táxis em serviço no Município somente poderão ser dirigidos por motoristas devidamente inscritos no Cadastro Municipal de Condutores de táxis, possuidores de carteira de habilitação profissional, carteira expedida pelo Ministério do Trabalho e inscrito no Instituto Nacional de Previdência Social (I.N.S.S).

Artigo 5º - A pessoa jurídica, sob forma de empresa comercial, ou a pessoa física, motorista, profissional autônomo, que se dispunham a executar o serviço de transporte de passageiros de táxis, será outorgado o **TERMO DE PERMISSÃO**, documento pelo qual o Município, na qualidade de poder permissor, autoriza a exploração desse serviço.

Parágrafo 1º - A pessoa jurídica, para obter a outorga do **TERMO DE PERMISSÃO**, deverá satisfazer no todo às exigências desta lei e regulamento e comprovar o seguinte:

- I – Estar legalmente constituída, sob a forma de Empresa Comercial;
- II – Dispor de sede e escritório neste Município;
- III – Apresentar folha corrida de antecedentes criminais relativamente a cada um dos sócios e, no caso de sociedade anônima, apenas dos membros da Diretoria e do Conselho;
- IV – Ser proprietário de, pelo menos 02 (dois) veículos de aluguel, devendo os que ainda não estejam licenciados como **TÁXI**, ter no máximo 05 (cinco) anos de fabricação.
- V – Idoneidade financeira, segundo atestado de um ou mais estabelecimentos bancários com os quais opere;
- VI – Quitação com os tributos municipais, de acordo com a certidão negativa expedida pelo órgão municipal competente;
- VII – Garagem com capacidade de abrigar veículos de sua propriedade.

Parágrafo 2º - A pessoa física, para obter a outorga do termo de permissão, deverá também satisfazer no todo às exigências desta Lei e regulamento e comprovar o seguinte:

- I – Ser portador da Carteira Nacional de Habilitação de categoria profissional;
- II – Exame de sanidade em vigor, fornecido pelo Departamento de Saúde Pública do estado;
- III – Atestado de residência;
- IV – Folha corrida de antecedentes criminais;
- V – Idoneidade financeira, conforme declaração de um ou mais estabelecimentos bancários.
- VI – Quitação de tributos municipais, conforme certidão negativa expedida pelo órgão municipal competente;
- VII – Certificado de propriedade do veículo, em seu nome, devendo o veículo que ainda não se encontra licenciado, ter no máximo 05 (cinco) anos de fabricação.

Artigo 6º - O **TERMO DE PERMISSÃO** será intransferível, salvo nos seguintes casos;

- I – Quando o permissionário comprovar que possui o alvará há mais de 03 (três) anos e se manifeste, por escrito perante o órgão competente do Município que deixará definitivamente o ramo;

- II – Ocorrendo a hipótese de na data da publicação desta Lei, o permissionário autônomo possuir Alvará de permissão de 02 (dois) ou mais veículos;
- III – Ocorrendo sucessão, fusão ou comparação de empresa por outra permissionária do serviço;
- IV – Ocorrendo a morte do motorista autônomo à vista, ou seus herdeiros, poderão transferir para terceiros deste que se manifestem expressamente o desejo de não exercer a profissão;
- V – Ocorrendo a reunião de vários de vários motoristas autônomos já permissionários, para constituição de empresas;
- VI – Quando o permissionário autônomo tiver seu veículo sem condições de trabalho e ainda sem condições de recupera-lo, após constatada tal circunstância pelo Órgão Municipal competente, porém ficando o permissionário com sua reinscrição no cadastro totalmente impossibilitada.

Artigo 7º - Independente de nova concessão de licença poderá ser concedida permissão a motorista profissional, indicado ao órgão competente pelo proprietário do TÁXI, nos seguintes casos:

- I – Quando o motorista profissional autônomo considerado temporariamente incapaz para o trabalho, comprovada através de atestado médico e enquanto perdurar essa incapacidade.
- II – Quando em decorrência da morte do motorista profissional autônomo o veículo couber à viúva ou herdeiros do “de cujus” enquanto nenhum deles tiverem condições ou capacidade para exercerem essa profissão;
- III – Ao motorista profissional quando for concedida permissão no termos deste artigo serão, no que couber, feitas as mesmas exigências prescritas nesta Lei e regulamento.

Artigo 8º - Não será expedido o **ALVARÁ DE LICENÇA E TERMO DE PERMISSÃO** para motorista profissional que, à época, venha acumular mais de uma atividade que possibilite renda, ressalvados os já existentes.

CAPÍTULO II

NÚMERO DE TÁXIS

Artigo 9º - Caberá ao órgão competente do Município o estabelecimento e revisão periódica dos pontos de estabelecimentos de táxis, visando ao atendimento das necessidades das várias regiões deste Município, submetendo-as à aprovação do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Artigo 10º - Os estudos estabelecerão:

- a) Os pontos privados, livres e semi-privados;
- b) O tipo de táxi e número mínimo e máximo necessário em cada ponto;
- c) O padrão de serviço;
- d) Escala, de forma a manter o serviço normal e ininterrupto, inclusive nos períodos noturnos, aos sábados, domingos e feriados;

e) O número total de permissões de táxis e utilitários para a circulação no Município observando-se a proporção de 01 táxi para cada parcela de 500 (quinhentos) habitantes neste Município.

Parágrafo Único – Independente do estabelecido no item “e” deste artigo, o Poder Executivo através de Decreto, poderá aumentar o número de táxis em circulação na “área” municipal, tendo em vista as necessidades e interesse público, dependendo deste a ampliação do seu número.

CAPÍTULO III

OS TÁXIS

Artigo 11º - Os táxis a serem utilizados no serviço deverão satisfazer as seguintes exigências:

- a) Os táxis poderão ser de quatro ou duas portas, sendo que estes não poderão transportar mais que três (03) passageiros;
- b) Os táxis ficarão sujeitos a vistoria periódicas, procedidas pelo órgão competente, o qual fornecerá laudo que será afixado à vista do usuário;
- c) Os táxis terão pintura padronizada de acordo com as exigências dos órgãos competentes do Município.
- d) Os táxis pertencentes à empresa deverão ainda, possuir características de identificação da mesma, através de siglas ou símbolos aprovados previamente pelo órgão Municipal competente.

Artigo 12º - Todos os táxis deverão ser dotados de:

- a) Extintor de incêndio da capacidade proporcional à categoria e de modelo aprovado em Resolução Conselho Nacional de Trânsito;
- b) Taxímetros ou aparelhos registradores, devidamente aferidos e lacrados pela autoridade competente, ou na falta dos aparelhos, após a prévia autorização do Órgão Municipal competente, a utilização de tabela de tarifas em vigor, em local visível ao passageiro;
- c) caixa luminosa com a palavra “TÁXI” sobre o teto;
- d) dispositivo que indique a situação “ livre” ou em “ atendimento”;
- e) cartão de identificação do proprietário e do condutor;
- f) cintos de segurança em perfeitas condições.

Artigo 13º - Os permissionários deverão substituir seus veículos quando completarem 05 (cinco) anos de fabricação.

Parágrafo Único- O disposto neste artigo aplica-se, também, aos atuais licenciados, tendo os mesmos um prazo de 12 (doze) meses para substituí-los, a partir da data da publicação desta Lei.

Artigo 14º - Não serão renovados, ou transferidos os **ALVARÁS DE LICENÇA**, relativo aos veículos que não obedecerem o estabelecimento nos artigos, parágrafos e itens deste capítulo.

Artigo 15º - Ficam isentos de taxas de publicidade as inscrições, siglas ou símbolos que aprovados pelo Órgão Municipal competente, forem gravados obrigatoriamente nos táxis para efeito de características especial de identificação.

CAPÍTULO IV

PONTOS DE ESTABELECIMENTO

Artigo 16º - Entende-se por **PONTO**, o local pré fixado pelo Órgão Municipal competente para o estacionamento de táxi.

Artigo 17º - Os pontos serão discriminados de acordo com as seguinte categorias:

- a) ponto privado é aquele em que só é permitido o estacionamento de permissionário designado especificamente para o mesmo.
- b) ponto livre é aquele que pode ser usado por qualquer táxi;
- c) ponto semi-privativo é aquele que pode ser utilizado por aquele que pode ser utilizado por qualquer táxi desde que o numero de carros estacionados não ultrapasse a 20% (Vinte por cento) do numero limite de táxi licenciados para o mesmo ponto;

Artigo 18º - Poderá o órgão competente criar pontos provisórios para atender necessidade ocasionais, fixando suas durações e demais características.

Artigo 19º - A outorga de pontos obedecerá a ordem cronológica e quanto à sua localização, dará preferência aos motoristas autônomos nos bairros ou distritos onde residem.

Artigo 20º - Cada ponto poderá ter um regulamento interno e um representante perante o Órgão Municipal competente, com aprovação prévia.

CAPÍTULO V

TARIFAS

Artigo 21º - As tarifas do serviço de táxis serão estudadas pelo órgão competente, e submetidas ao chefe do Poder Executivo Municipal, que as fixará obedecidos os quesitos da legislação federal.

Parágrafo 1º - O estudo levará em consideração a justa remuneração do capital, o melhoramento e a expansão a justa remuneração do capital, o melhoramento e a expansão dos serviços, assim como procurará assegurar o equilíbrio econômico financeiro da atividade.

Parágrafo 2º - Poderão ser fixadas tarifas adicionais nos seguintes casos:

- a) Por serviços prestados entre 21:00 e 6:00;
- b) Por serviços em zona de difícil acesso.

Artigo 22º - O preceituado na presente Lei no que adaptar, é extensivo às pessoas físicas ou jurídicas que executam ou venha a executar o serviço de transportes de escolares.

Parágrafo 1º - Desde que o próprio estabelecimento de ensino seja proprietário do veículo destinado ao transporte de escolares, fica o mesmo dispensado de construir empresa para tal fim, contudo estará sujeito, no mais, ao que dispuser esta lei e regulamento.

Parágrafo 2º - Os Serviços especificados neste artigo serão objetos de regulamentação própria, a ser baixada pelo Executivo Municipal.

CAPÍTULO VI

OBRIGAÇÕES DOS PERMISSIONÁRIOS E CONDUTORES DE TÁXIS

Artigo 23º - Os permissionários e condutores de táxis deverão respeitar a legislação em vigor e as normas supervenientes, baixadas pelo executivo Municipal relativamente ao serviço permitido, bem como facilitar por todos os meios ao seu alcance a atividade da fiscalização.

Artigo 24º - Poderá ser estabelecido o uso obrigatório de uniforme, modelo aprovado pelo órgão competente para todos os motoristas de táxi em serviço, cujos uniformes deverão ser sempre mantidos em bom estado de conservação e anseio.

Artigo 25º - Será cassado imediatamente o Registro de condutor de qualquer motorista de táxi que, em serviço, for encontrado em estado de embriagues constatado pela fiscalização ou por outra autoridade competente.

Artigo 26º - O órgão competente punirá qualquer motorista de táxi quando os funcionários encarregados da fiscalização ou outras autoridades no exercício de suas funções forem desrespeitadas pelos mesmos ou estes faltarem com a devida urbanidade com os passageiros.

Artigo 27º - As empresas permissionárias e os motoristas autônomos serão obrigados, ainda a:

- a) manter a frota em boas condições de tráfego, higiene e segurança;
- b) manter atualizada a contabilidade e o sistema operacional da frota, exibindo-os, sempre que solicitado à fiscalização Municipal.
- c) submeter seus veículos, anualmente, à vistoria do Órgão Municipal competente;
- d) fornecer à Prefeitura resultados contábeis, dados estatísticos e quaisquer elementos que forem solicitados para fins de controle de fiscalização;

- e) atender as obrigações trabalhistas fiscais e previdenciárias;
- f) respeitar as disposições legais, regulamentares e termos de Permissão;
- g) estabelecer escala de forma a manter em serviço normal e ininterrupto, inclusive nos períodos noturnos e aos sábados, domingos e feriados, cinquenta por cento no mínimo da frota;
- h) manter os motoristas decentemente trajados, e exercer sobre eles rigorosa fiscalização quando ao comportamento e aparência física e demais obrigações inerentes.

Artigo 28º - O permissionário sempre é responsável perante terceiros, pelos danos ou prejuízos que seu veículo venha causar.

CAPÍTULO VIII

FISCALIZAÇÃO

Artigo 29º - A fiscalização do serviço de que trata este regulamento será exercida pelo órgão competente do Município.

Artigo 30º - O órgão competente poderá expedir instruções às empresas e motoristas autônomos para boa execução dos serviços, por meio de editais, publicado no órgão da Prefeitura Municipal ou por ofícios devidamente protocolados, sendo que o descumprimento dessas instruções constituirá infração e sujeitará, portanto o infrator à multas e penalidades estabelecidas no presente regulamento.

Artigo 31º - Os avisos, ordens, intimações, informações de multas ou penalidades serão feitos e tornados efetivos pelo órgão competente, mediante comunicação à empresa ou motorista profissional autônomo, por meio de ofício, devidamente protocolado ou notificação contendo os detalhes indispensáveis.

Artigo 32º - Para atender aos serviços de fiscalização previstos neste regulamento, serão emitidas pelo órgão competente carteiras de identificação para uso exclusivo de respectivo Diretor e Funcionários encarregados dessa fiscalização.

CAPÍTULO VIII

PENALIDADES

Artigo 33º - O órgão competente manterá rigorosa fiscalização sobre os permissionários e seus profissionais de volante, com respeito ao comportamento cívico, moral, social e funcional de cada um.

Artigo 34º - O órgão competente, em razão da inobservância das obrigações e deveres estatuídos em Lei e nos demais atos para sua regulamentação, estabelecerá as seguintes sanções gradativas a que se justificará o infrator aplicadas separadas ou cumulativamente;

- a) advertência oral
- b) advertência escrita
- c) multa

- d) suspensão ou cassação do Registro de Condutor;
- e) suspensão ou cassação de Alvará de Licença;
- f) suspensão ou cassação de Termo de Permissão;
- g) impedindo para prestação de serviço.

Parágrafo Único – Sendo o infrator empregado da empresa, esta sofrerá pena de cassação se, em tempo hábil, não tomar medidas coibitivas em relação ao mesmo.

Artigo 35º - A renovação do termo de permissão, por parte do Município poderá ocorrer a qualquer tempo quando proposta pelo órgão competente, após constatado através de inquérito administrativo a infração do permissionário às normas e regulamentos em vigor, sendo assegurada ampla defesa à parte.

Artigo 36º - Será cassada a permissão para exploração do serviço de táxis:

- a) sempre que o permissionário interromper o serviço por trinta (30) dias, salvo motivo de força maior;
- b) se for feita a transferência das obrigações a outrem sem anuência do Chefe do Executivo e sem a respectiva assinatura do Termo de Permissão.
- c) se for decretada a falência da empresa ou dissolução da mesma;
- d) se houver desvio da atividade pessoal de motorista profissional autônomo;
- e) quando houver outras informações de natureza grave, a juízo do órgão competente.

CAPÍTULO IX

MULTAS

Artigo 37º - Verificada pelo órgão competente a inobservância de qualquer das disposições legais e deste regulamento será aplicada ao infrator a multa correspondente às diversas espécies de infração que deverão ser estabelecidas em tabela própria a ser elaborada e revista periodicamente.

Artigo 38º - Cabe ao encarregado pelo órgão a responsabilidade pela imposição da multa, em fase das comunicações feitas pelos fiscais ou pelas autoridades.

Artigo 39º - Ao infrator assiste o direito de recorrer por escrito, no prazo de 10(dez) dias a contar do recebimento da notificação, podendo o responsável pelo órgão competente após averiguá-la, determinar o cancelamento se verificar a improcedência da mesma.

Parágrafo Único – Indeferido o pedido pelo responsável do órgão competente, novo recurso poderá ser interposto ao Chefe do Poder Executivo Municipal, dentro do prazo de 10 (dez) dias do indeferimento.

Artigo 40º - As multas aplicadas deverão ser pagas dentro do prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação ou do indeferimento do recurso; findo este prazo poderá ser determinada a remessa para cobrança executiva.

Parágrafo 1º - Os infratores em débito com as multas ou indenização não poderão pleitear despachos em suas pretensões de licenciamento, renovação de Alvará ou em outras quaisquer medidas solicitadas.

Parágrafo 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá autorizar o pagamento parcelado da multas acumuladas ou não.

CAPÍTULO X

VISTORIA

Artigo 41º - Os veículos automóveis de aluguel para o serviço de transporte de passageiros só poderão ser licenciados após vistoria que será procedida pelo órgão competente.

Parágrafo 1º - Os veículos já licenciados ficarão sujeitos a vistorias periódicas, sem as quais não poderão trafegar.

Parágrafo 2º - Nessas vistorias, será verificado se os veículos satisfazem as condições legais e deste Regulamento, do Código Nacional de Trânsito, especialmente quanto à segurança, conforto e aparência.

Parágrafo 3º - Ao veículo aprovado em vistoria, será fornecido pelo órgão competente, um selo a ser fixado no interior do mesmo, no qual constará a data da vistoria e o prazo de validade da mesma.

Artigo 42º - A vistoria realizada pelo órgão competente nos veículos automóveis de aluguel, terá o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data da expedição do selo referido no parágrafo 3º ao artigo anterior.

Parágrafo Único – A juízo do órgão competente, o prazo da vistoria poderá ser reduzido, se o estado do veículo tornar necessário tal providência.

Artigo 43º - Os táxis em circulação no Município só poderão utilizar as tarifas correspondentes à bandeira “2” no período das 21:00 hs às 6:00 hs.

Artigo 44º - Os permissionários serão responsáveis pelos danos que causarem à via pública ou aos próprios municipais nela existentes.

Artigo 45º - Os permissionários cooperarão pelos danos que causarem à via pública ou aos próprios municipais nela existentes.

Artigo 46º - Correrá por conta dos permissionários, nos pontos privativos, o custeio dos abrigos para os motoristas de táxi.

Parágrafo Único – Só será permitida a construção desses abrigos em locais e modelos previamente autorizados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO XXI

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 47º - Os titulares das licenças e Alvarás de localização de veículos de aluguel, obtidas antes da vigência da presente Lei, terão assegurado o direito de substituí-las, respeitada a mesma localização que lhe foi deferida outorgando-lhes o Termo de Permissão e Alvará de Licença instituídos e regidos por esta Lei, desde que o requeiram no prazo de 30 (trinta) dias de sua vigência e satisfaça a todas as exigências estabelecidas nesta Lei e em Regulamento.

Parágrafo Único – A inobservância do que estabelece este artigo, implicará na caducidade, de pleno direito, das licenças e alvarás anteriormente concedidos.

Artigo 48º - Cumprido o prescrito nesta Lei ressalva a quem for proprietário de mais de um veículo antes da vigência desta Lei que não desejar constituir empresa, o direito de transferir o remanescente, exclusivamente a motorista autônomo e credenciado para tal fim.

Artigo 49º - Poderão as empresas permissionárias, estacionar seus veículos, para atendimento ao público, em garagens próprias, desde que a localização, capacidade e o padrão dos serviços sejam aprovados pelo órgão competente.

Artigo 50º - Os pedidos de novos Alvarás de Licença e Termo de Permissão serão solucionados, obedecida, rigorosamente, a ordem cronológica de sua entrada no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal.

Artigo 51º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 20 de Junho de 2001.

Almirante Francisco Gomes
Prefeito Municipal